



21 DE SETEMBRO DE 2018

Sexta-feira

- CONFIANÇA DA INDÚSTRIA DA FGV CAI 2,9 PONTOS EM SETEMBRO, APONTA PRÉVIA
- MDIC QUER RELANÇAR VERSÕES SETORIAIS DO SITE 'APRENDENDO A EXPORTAR'
- GOVERNO PROPÕE FACILITAR RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS TRIBUTÁRIAS DE 6 MIL EMPRESAS
- INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, INTERNET DAS COISAS E BLOCKCHAIN: A FORÇA TECNOLÓGICA DO MERCADO
- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL SE UNE A STARTUP PARA OFERECER CRÉDITO A PEQUENAS EMPRESAS
- BRASIL CRIOU MAIS DE 100 MIL EMPREGOS EM AGOSTO, DIZ TEMER
- OFERTAS DE VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NÃO CHEGAM A CARGOS DE LIDERANÇA, DIZ LEVANTAMENTO
- METADE DOS ELEITORES PREFERE SER AUTÔNOMO A TER EMPREGO CLT, DIZ DATAFOLHA
- BC FACILITA TRANSFERÊNCIAS DE ATÉ R\$ 10 MIL DO EXTERIOR PARA O BRASIL
- CONSUMIDORES ESPERAM INFLAÇÃO DE 5,6% EM 12 MESES A PARTIR DE SETEMBRO, DIZ FGV
- PRÉVIA DA INFLAÇÃO OFICIAL FICA EM 0,09% EM SETEMBRO, APONTA IBGE
- IPCA-15 FICA EM 0,09% EM SETEMBRO, ANTE 0,13% EM AGOSTO, REVELA IBGE
- INTENÇÃO DE CONSUMO DAS FAMÍLIAS SOBE 1,5% EM SETEMBRO, DIZ CNC
- FITCH: ELEIÇÃO IMPREVISÍVEL NO BRASIL GERA INCERTEZA EM SETOR FISCAL E REFORMAS

- "ROTA 2030 DEVERÁ PASSAR NO CONGRESSO EM OUTUBRO E MUITO MAIOR DO QUE ENTROU"
- ANP LIBERA MAIS R\$ 722 MILHÕES EM RESSARCIMENTO POR SUBSÍDIOS AO DIESEL
- PROPOSTA DA ANP PARA ABRIR SETOR DE COMBUSTÍVEIS É INVIÁVEL, DIZEM DONOS DE POSTOS
- PREÇO DO GNV SOBE MAIS QUE O DA GASOLINA
- EXXON E CHEVRON ADEREM A INICIATIVA PARA REDUZIR EMISSÕES APÓS RESISTÊNCIA INICIAL
- ASTON MARTIN SE PREPARA PARA ABRIR CAPITAL E ESPERA SUPERAR A FERRARI
- EDITORIAL: "O COPOM E A REPETIÇÃO NECESSÁRIA"
- VEÍCULOS MAIS 'LIMPOS' EVOLUEM, MAS AINDA ESTÃO LONGE DE CHEGAR AO PAÍS
- VOLKSWAGEN TRABALHARÁ AOS SÁBADOS
- VOLKSWAGEN CAMINHÕES E ÔNIBUS VAI LANÇAR PORTAL DE LOGÍSTICA NO BRASIL
- VOLKSWAGEN REDUZ PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO PARA 10%
- SETOR AUTOMOTIVO BUSCA A AGILIDADE DAS STARTUPS PARA INOVAR
- DE OLHO EM QUALIDADE, CHINESES BUSCAM ASSEGURAR OFERTA DE MINÉRIO DE FERRO DA VALE
- AS AÇÕES DA VALE SOBEM EM MEIO À ALTA DO MINÉRIO DE FERRO E CHEGAM A R\$ 58,00

CÂMBIO		
EM 21/09/2018		
	Compra	Venda
Dólar	4,050	4,051
Euro	4,754	4,756

Fonte: BACEN

Confiança da indústria da FGV cai 2,9 pontos em setembro, aponta prévia

21/09/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 20-09-2018)

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) apurado na prévia da sondagem de setembro teve um recuo de 2,9 pontos em relação ao resultado fechado de agosto, para 96,8 pontos, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) nesta sexta-feira, 21. Se confirmado, o resultado será o mais baixo desde outubro de 2017.

Houve piora tanto nas avaliações dos empresários em relação ao presente quanto nas expectativas para os meses seguintes. O Índice da Situação Atual (ISA) caiu 2,6 pontos em setembro, para 95,3 pontos. Já o Índice de Expectativas (IE) recuou 2,9 pontos, para 98,5 pontos.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) da indústria indicou uma alta de 0,7 ponto porcentual em relação ao patamar de agosto, passando de 76,0% para 76,7% em setembro.

A prévia dos resultados da Sondagem da Indústria da FGV abrange a consulta a 798 empresas e foi feita entre os dias 3 e 19 de setembro. O resultado final da pesquisa será divulgado no próximo dia 27.

MDIC quer relançar versões setoriais do site 'Aprendendo a Exportar'

21/09/2018 – Fonte: MDIC (publicado em 20-09-2018)

O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) pretende lançar uma versão setorial para o site "Aprendendo a Exportar" voltado para o setor da cachaça. As negociações entre o MDIC e o Instituto Brasileiro da Cachaça (IBRAC) para a assinatura de um acordo de cooperação técnica já estão em andamento e o objetivo é impulsionar a exportação do produto. O anúncio foi feito pelo coordenador-geral de Programas de Apoio à Exportação (Deaex) da Secretaria de Comércio Exterior do MDIC, Victor Maselli Neto, durante o evento "Meet Point – Cachaça, símbolo nacional".

"O brasileiro ainda não internalizou a cultura exportadora. Talvez pelo tamanho de nosso mercado interno que é muito grande", explicou Maselli. E acrescentou: "O interesse do MDIC é mostrar que todos os empresários podem exportar, sejam pequenos, médios ou grandes. Por isso temos o site 'Aprendendo a Exportar', de acesso gratuito, apresentando os procedimentos operacionais para fazer vendas ao exterior".

O segmento da cachaça é estratégico. É a segunda bebida mais consumida no Brasil, representa 72% do mercado de destilados do país, tem uma capacidade instalada de produção de 1,2 bilhão de litros e mais de 11 mil produtores, dos quais apenas 1 mil registrados no Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Como bebida típica do Brasil, ela já é reconhecida por três países: Colômbia, Estados Unidos e México. E há negociação em curso para que seja reconhecida também pela União Europeia, China e Austrália. Só a título de comparação, a tequila é reconhecida como bebida típica por mais de 40 países.

"O MDIC tem vários programas de apoio às exportações, operados em parceria com diversos agentes. Temos o PNCE – Plano Nacional de Cultura Exportadora, o Encomex, o Invest Export Brazil e o Comex Responde", listou Maselli. O PNCE é uma grande rede de instituições públicas e privadas que trabalham para impulsionar a exportação.

O Encomex promove encontros de forma setorial para apresentar as potencialidades do comércio exterior. O Comex Responde esclarece dúvidas dos empresários. E o Invest & Export Brazil é um portal com informações sobre exportação, importação e

investimentos. Nele os empresários também têm acesso a um calendário de feiras e eventos internacionais para apresentar seus produtos.

“Estamos trabalhando no MDIC para fazer o comércio exterior atrair mais empresas e ganhar ainda mais destaque na economia brasileira”, concluiu Maselli.

Governo propõe facilitar renegociação de dívidas tributárias de 6 mil empresas

21/09/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 20-09-2018)



O Governo do Paraná encaminhou ao legislativo estadual, na quinta-feira (20), um projeto de lei estabelecendo condições gerais para que os contribuintes possam renegociar dívidas tributárias com o Estado.

A estimativa é de que 6 mil empresas sejam beneficiadas com a medida. A mensagem assinada pela governadora Cida Borghetti durante reunião com representantes do G7, que reúne as principais entidades de representação empresarial do Paraná, pede urgência na tramitação da proposta.

Segundo a governadora, a possibilidade de renegociação dará folego aos empresários para que o setor continue avançando. Ao sustentar a medida, a Secretaria da Fazenda destaca que a proposta foi motivada pelas dificuldades enfrentadas pelos contribuintes paranaenses decorrentes da desaceleração econômica observada nos últimos exercícios, acentuada nos últimos meses, e da necessidade de ofertar às empresas estaduais condições de concorrer adequadamente no mercado.

O presidente da Associação Comercial do Paraná (ACP), Glaucio Geara, disse que os empresários de todos os setores estão sofrendo com a crise dos últimos quatro anos, o que resultou no atraso de tributos por parte de muitos empresários.

“Essa medida do Governo do Estado foi essencial para aliviar o caixa das empresas, para que os empresários possam pagar suas dívidas, fazer novos investimentos e até gerar mais empregos. Isso vai impactar diretamente no aquecimento da economia paranaense”, destacou Geara.

REGULARIZAÇÃO - A medida vai possibilitar ao contribuinte do ICM e ICMS o pagamento de seus débitos fiscais com redução de juros e de multa, nas condições especificadas, com objetivo de obter a regularização de suas pendências perante a Fazenda Pública Estadual.

Segundo o secretário especial de Desenvolvimento Econômico, Virgílio Moreira, a estimativa é que seis mil empresas possam aderir ao refinanciamento. “Dessa maneira, elas poderão quitar suas dívidas e regularizar suas atividades. Ganham os dois lados, o governo que recebe os atrasados e o empresário que poderá avançar no andamento ao seu negócio”, afirmou.

EQUILÍBRIO - O secretário da Fazenda, José Luiz Bovo, salientou que a greve dos caminhoneiros causou uma queda de R\$ 150 milhões na arrecadação do Estado e toda a equipe da secretaria trabalhou para atender o pedido e ajudar o setor produtivo. “Nos esforçamos para manter o equilíbrio orçamentário do Estado e atender essa

demanda. A medida vai possibilitar que o Paraná continue crescendo e sustentando indicadores que são os maiores a nível nacional”, destacou.

PROPOSTA – O projeto estabelece que dívidas tributárias de ICM e ICMS, ocorridas até 30 de julho de 2017, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa (ainda que ajuizados), poderão ser pagos, em dinheiro, em parcela única, com a redução de 80% do valor da multa e de 30% do valor dos juros.

Em caso de parcelamento da dívida em até 30 parcelas mensais, iguais ou sucessivas, haverá uma redução de 60% do valor da multa e 25% do valor dos juros. Em caso do pagamento em até 60 parcelas mensais, iguais ou sucessivas, ocorrerá redução de 40% do valor da multa e 20% do valor dos juros.

Para estar apto à manutenção dos benefícios de parcelamento, o contribuinte deverá estar em dia com o recolhimento do imposto declarado em EFD – Escrituração Fiscal Digital a partir do mês de referência agosto de 2018.

Já para o parcelamento de dívidas ativas ajuizadas, deverão ser apresentados bens em garantia, fiança bancária ou seguro garantia suficientes para a liquidação do débito, ficando dispensados nos casos em que o parcelamento seja inferior a 5 mil UPF/PR.

GRUPO – O G7 é formado pela Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), Federação da Agricultura do Paraná (Faep), Federação e Organização das Cooperativas do Paraná (Fecoopar), Federação do Comércio do Paraná (Fecomércio-PR), Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Paraná (Fetranspar), Associação Comercial do Paraná (ACP) e Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná (Faciap) e Sebrae-PR.

Inteligência artificial, internet das coisas e blockchain: a força tecnológica do mercado

21/09/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 20-09-2018)

Quando se fala em indústria 4.0, três tecnologias são peças-chave: inteligência artificial, internet das coisas e blockchain. Juntas, essas inovações têm impactado positivamente o mercado brasileiro de negócios e as relações profissionais. É em cima dessas três que muitas empresas poderão surfar na onda do aumento da produtividade e da competitividade.

Estimativas da empresa de consultoria em gestão Accenture apontam que a implementação das tecnologias ligadas à internet das coisas, por exemplo, deverá impactar o PIB brasileiro em aproximadamente US\$ 39 bilhões, até 2030. O ganho pode alcançar US\$ 210 bilhões, caso o País crie condições para acelerar a absorção das tecnologias relacionadas.

Segundo o professor da Universidade de Brasília (UnB) e especialista em inovação, tecnologia e recursos, Antônio Isidro da Silva Filho, é a inteligência artificial que tem substituído seres humanos em atividades e rotinas operacionais de baixa e média complexidade nas empresas. Apesar de parecer um prejuízo para o capital humano, o especialista garante que a inserção desse tipo de tecnologia potencializa a prestação de serviço.

“Isso significa basicamente que as empresas poderão ter um aumento de produtividade e de competitividade. A empresa passa a aproveitar melhor seu capital humano, deixando livre do trabalho rotineiro, operacional, que uma máquina pode fazer”, explica.

Outro exemplo de impacto real das novas tecnologias é a internet das coisas. Traduzindo, são os equipamentos usados no dia a dia que, integrados à internet, associados à inteligência artificial, ajudam pessoas e empresas a tomarem decisões. Por exemplo, uma empresa que presta serviço na área de segurança ou energia, pode fornecer ao cliente equipamentos que vão ajudar na gestão do consumo.

De forma eficiente, esse gasto pode gerar, inclusive, economia para o consumidor. “Então, a internet das coisas permitirá maior conectividade das pessoas, fazendo o melhor uso de recursos, com melhoria da tomada de decisões. Se você tem vários sistemas que são interconectados dentro de uma empresa, você poderá ter condições de ter números indicadores que vão te ajudar na melhor alocação de recursos, na hora de contratar, de fazer aquisição com fornecedor, melhor hora de aumentar a produtividade ou de diminuir um pouco a produção, caso o mercado não esteja absorvendo”, detalha Antônio Isidro.

E por último, ainda de acordo com o professor, a que mais se fala hoje em dia é a blockchain, a possibilidade por meio tecnológico de desburocratizar as relações de mercado, a partir das validações e segurança nas transações que as pessoas vão estabelecer no mercado. Antônio afirma que com esse tipo de tecnologia é possível, por exemplo, que cartórios deixem de ser um ente que valide as transações, as informações, os documentos que são transacionados no mercado. “A tecnologia Blockchain permite que você faça várias transações com nível de segurança muito alto”, garante o especialista.

Estar preparado para esse novo mundo da indústria 4.0 e conseguir absorver as novas tecnologias é motivo de preocupação para o setor produtivo. Estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Propostas da Indústria para as eleições 2018 – Indústria 4.0 e Digitalização da Economia, aponta em 43 cadernos temáticos os desafios e as soluções para preparar o terreno para as mudanças.

“A gente tem uma série de desafios de competitividade, vários passam por questões sistêmicas, por questões relacionadas ao custo Brasil, mas o que a gente defende é que avançar rapidamente rumo à indústria 4.0 permite ganhos em competitividade que são necessários para a indústria brasileira. Ou seja, a gente precisa tratar, obviamente, das questões sistêmicas, do custo Brasil, mas precisa avançar também nessa direção”, defende o gerente-executivo de Política Industrial da CNI, João Emílio Gonçalves.

Um dos desafios, inclusive, envolve a mão de obra qualificada. A recomendação do setor, incluída no estudo que foi enviado aos presidentes, prevê o desenvolvimento de estratégias para a formação e requalificação de recursos humanos. Leia o [estudo completo aqui](#).

Associação comercial se une a startup para oferecer crédito a pequenas empresas

21/09/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 20-09-2018)



A Associação Comercial de São Paulo fechou parceria com uma fintech (startup do setor financeiro) para facilitar o acesso de varejistas ao crédito. A partir do serviço AC|Antecipa, as empresas poderão antecipar o recebimento das vendas feitas a prazo, pagando uma taxa que, em geral, ficará entre 2,5% e 4,5% ao mês.

A ferramenta pode ser usada por empresas negativadas ou com protestos. A iniciativa é resultado de uma parceria da associação com a startup Rapadoo, responsável pela concessão do crédito.

Adriana Stecca, diretora comercial da associação, diz que empresários têm recebido dezenas de ligações semanais de novas empresas do setor financeiro oferecendo propostas de empréstimos atraentes.

Porém, como muitas vezes os empresários não conhecem essas companhias novas, muitas vezes têm receio de experimentar suas ferramentas.

Segundo Stecca, a chancela da associação ajudará pequenas empresas a identificarem serviços nos quais podem confiar. Ela diz que outros acordos do tipo devem ser fechados entre a Associação Comercial e startups.

"As empresas estão buscando opções aos juros altos dos bancos. As fintechs são uma alternativa, mas o grau de confiança que existe nelas é baixo", diz.

Para obter a antecipação das contas a receber, o empresário deve entrar no site da Associação Comercial e cadastrar os arquivos com as notas fiscais das vendas feitas a prazo.

Caso a solicitação seja aprovada, o dinheiro poderá ser enviado em duas horas nos pedidos feitos no horário comercial, explica Stecca.

Ela diz acreditar que 30% dos 8.000 associados da entidade deverão usar o serviço ainda neste ano. Haverá desconto de 15% na taxa do serviço para os membros da associação e eles terão prioridade na análise de seus pedidos.

Brasil criou mais de 100 mil empregos em agosto, diz Temer

21/09/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 20-09-2018)

Presidente publicou mensagem no Twitter antes de divulgação do Caged

O presidente Michel Temer afirmou nesta quinta-feira (20) que o Brasil criou mais de 100 mil empregos formais em agosto. A divulgação, sem o número exato do saldo de contratações, foi feita por meio do Twitter.

"Fui informado que o País criou mais de 100 mil empregos com carteira assinada em agosto. Isto é prova que o Brasil está no rumo certo. Em plena recuperação", escreveu. O dado é maior que o saldo de empregos de agosto do ano passado, que foi de 35,5 mil.

Os dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) referentes ao mês de agosto ainda não foram divulgados pelo Ministério do Trabalho. Logo após a publicação de Temer no Twitter, a assessoria de imprensa da pasta informou que ainda não sabia quando ocorreria a divulgação dos dados completos.

Ofertas de vagas para pessoas com deficiência não chegam a cargos de liderança, diz levantamento

21/09/2018 – Fonte: G1 (publicado em 20-09-2018)

Apenas 3% das posições de gestão são destinadas a pessoas com deficiência, mas volume de vagas para pessoas com deficiência vem aumentando nos últimos quatro anos.

As ofertas de empregos para pessoas com deficiência não estão chegando aos cargos de liderança. De acordo com levantamento do portal de empregos Vagas.com, 61% das vagas exclusivas para pessoas com deficiência são para postos operacionais e auxiliares.

Há apenas 3% de oportunidades de trabalho para pessoas com deficiência para os cargos de coordenação, supervisão, gerência e direção. O estudo foi divulgado nesta sexta-feira (21), que é o Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência.

Em relação às vagas que não são reservadas para pessoas com deficiência, 25% das vagas são para níveis operacionais e auxiliares, enquanto 10% são destinadas a coordenadores, gerentes, supervisores e diretores.

"Os números mostram que ainda poucas empresas se preocupam em dar espaço para profissionais com deficiência em posições de liderança. A lei de cotas é um grande avanço e muito importante para o acesso e inclusão, mas as empresas precisam criar mais vagas nesse sentido", afirma Rafael Urbano, especialista em inteligência de negócios da vagas.com.



A Lei 8213/91 determina que empresas de 100 funcionários ou mais incluam de 2% a 5% dos cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiências habilitadas na seguinte proporção:

- até 200 empregados: 2%
- de 201 a 500 empregados: 3%
- de 501 a 1.000 empregados: 4%
- de 1.001 em diante: 5%

Segundo o portal Vagas.com, o volume de vagas para pessoas com deficiência vem aumentando nos últimos quatro anos. Comparando os anos de 2016 e 2017 (janeiro a agosto), a quantidade de oferta cresceu 11%. Já em 2018 atingiu o seu maior nível, chegando a 7.328 vagas ofertadas, uma evolução de 16% frente a 2017.

No portal, há 144 mil currículos cadastrados de candidatos portadores de deficiência. Do total de candidatos, 6,7% são pós-graduados, 44,9% com formação superior, 6,8% com ensino médio profissionalizante, 38,2% com ensino médio e 3,4% com ensino fundamental.

Metade dos eleitores prefere ser autônomo a ter emprego CLT, diz Datafolha

21/09/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 20-09-2018)

Preferência aumenta conforme escolaridade e renda mensal do trabalhador são maiores

Metade dos eleitores brasileiros afirma preferir ser autônomo, com salários mais altos e pagando menos impostos, ainda que sem benefícios trabalhistas, aponta pesquisa do Datafolha. Os que disseram preferir trabalhar nessa situação somaram 50%, enquanto aqueles que responderam preferir atuar como assalariado registrado, pagando mais tributo, mas com benefícios trabalhistas, somaram 43%. Outros 7% não opinaram.

O trabalhador com carteira assinada tem direito a benefícios como 13º salário e férias remuneradas, mas também deduções, como a contribuição mensal ao INSS, de 8% a 11%, dependendo do salário.

A empresa, além de também recolher a contribuição previdenciária equivalente a 20% da folha de pagamento, precisa efetuar o recolhimento ao FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) do funcionário, equivalente a 8% de seu salário bruto.

O trabalho autônomo foi regulamentado pela nova lei trabalhista, em vigor desde novembro do ano passado.

No recorte por grau de instrução e por renda familiar mensal, a preferência por ser autônomo cresce conforme aumenta a escolaridade e a renda mensal do entrevistado. Em relação às faixas etárias, a modalidade de autônomo também predomina, exceto na faixa entre 45 e 59 anos, em que as duas formas de contratação aparecem com 47% cada.

A pesquisa mostra ainda que a preferência por uma vaga CLT só predomina entre os indivíduos que se declaram pretos —48%, contra 45% que preferem ser autônomos—, na comparação com autodeclarados brancos, pardos, amarelos e indígenas.

A taxa de preferência por ser autônomo é mais alta entre os que atualmente já atuam na modalidade (69%), os profissionais liberais (73%) e os empresários (74%).

Por outro lado, a preferência por ser CLT é maior entre os que já são assalariados registrados (55%) e os desempregados que estão procurando emprego (53%). O desempregado que não está em busca de uma recolocação —ou seja, que está no chamado desalento— fica dividido, com 46% da preferência por cada modalidade.

O contingente de pessoas que desistiram de buscar uma colocação somava 4,818 milhões no trimestre encerrado em julho, número recorde para a pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) iniciada em 2012.

A taxa de desemprego no país ficou em 12,3% no período, abaixo do verificado no trimestre encerrado em abril, quando esteve em 12,9%, ainda segundo o IBGE.

Quem ainda está iniciando a vida profissional ou pode entrar na PEA (População Economicamente Ativa) futuramente tende a preferir um emprego com carteira, como no caso de estagiários/aprendizes (49%) e estudantes (53%), de acordo com o Datafolha.

Quando analisadas as respostas dos entrevistados de acordo com sua intenção de voto para presidente, considerando os cinco candidatos com melhor posição na última pesquisa Datafolha, os eleitores de Jair Bolsonaro (PSL) são os que têm preferência maior por serem autônomos (60%).

Já os que se dizem eleitores de Ciro Gomes (PDT) registraram a maior taxa de opção pelo emprego CLT (51%).

O levantamento do Datafolha, feito nos dias 18 e 19 de setembro de 2018, realizou 8.601 entrevistas presenciais com eleitores, em 323 municípios, de todas as regiões do país. A margem de erro máxima é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, para o total da amostra.

A pesquisa está registrada no Tribunal Superior Eleitoral com o número BR-06919/2018.

BC facilita transferências de até R\$ 10 mil do exterior para o Brasil

21/09/2018 – Fonte: DGABC



O Banco Central editou nesta quinta-feira, 20, uma circular que busca facilitar as transferências unilaterais de recursos do exterior para o Brasil. Pelas novas regras, que valerão a partir de 1º de novembro, o destinatário final receberá os recursos em sua conta corrente ou de poupança, no Brasil, em reais, sem a necessidade de fazer operações de câmbio ou de arcar com custos adicionais. Isso vale para operações de transferências pessoais de até R\$ 10 mil.

Antes, quando um trabalhador que está em outro país enviava recursos para sua família no Brasil, o destinatário do dinheiro precisava realizar operação de câmbio (trocar a moeda estrangeira por reais). O processo era mais burocrático e era preciso arcar com custos operacionais no Brasil. Além disso, até que a operação fosse feita, não se sabia exatamente quanto o destinatário receberia, em reais.

Agora, conforme o BC, todos os custos da operação ficarão a cargo do remetente, no banco de origem. Assim, um trabalhador brasileiro que estiver no Japão (dekassegui), por exemplo, resolverá toda a questão do envio em seu banco. Quando o dinheiro chegar à conta corrente do familiar, no Brasil, ele já estará convertido em reais e não haverá burocracia adicional.

Os dados mais recentes do BC mostram que as receitas do País com transferências pessoais somaram US\$ 1,482 bilhão de janeiro a julho. Apenas em julho, foram US\$ 211 milhões.

As novas regras entram em vigor em 1º de novembro. No entanto, o Banco Central informou que a nova sistemática é facultativa.

"As instituições financeiras que quiserem operá-la adotarão políticas e procedimentos em seu relacionamento com a instituição remetente dos recursos no exterior, inclusive em relação à prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo, equivalentes àquelas atualmente exigidas pela regulamentação cambial no tocante às relações internacionais entre bancos correspondentes", explicou o BC, na nota.

De acordo com o BC, a medida está inserida na Agenda BC+, no pilar Sistema Financeiro mais Eficiente.

Consumidores esperam inflação de 5,6% em 12 meses a partir de setembro, diz FGV

21/09/2018 – Fonte: Tribuna PR

A mediana da inflação esperada pelos consumidores para os próximos 12 meses ficou em 5,6% em setembro, ante 5,7% em agosto, informou na manhã desta sexta-feira, 21, a Fundação Getulio Vargas (FGV), que divulgou o Indicador de Expectativa de Inflação dos Consumidores. Em relação ao mesmo período do ano passado, houve recuo de 1,1 ponto porcentual no indicador.

"A expectativa de inflação dos consumidores mostra-se bem ancorada e segue de perto a inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Parece que enquanto a variação dos preços se mantiver estável, a expectativa dos consumidores para o futuro

continuará no mesmo ritmo e oscilará em torno de 5%. Uma excelente notícia, considerando-se a grande incerteza eleitoral que vivemos no momento”, avaliou o economista Pedro Costa Ferreira, do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

Na distribuição por faixas de inflação, 57,6% dos consumidores projetaram uma taxa dentro dos limites de tolerância da meta de inflação de 4,5% estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional para este ano, ou seja, entre 3% e 6%. Em agosto, essa fatia era menor, 56,3% dos consumidores previam que a inflação ficasse dentro da meta.

A proporção de consumidores indicando inflação abaixo do limite inferior de 3% subiu de 8,2% em agosto para 8,4% em setembro. A fatia dos que esperam inflação entre o limite inferior de 3% e o centro da meta de 4,5% cresceu de 28,8% para 30,2% no mesmo período.

Entre as famílias com renda mensal mais baixa, que recebem até R\$ 2.100,00, houve ligeira redução na expectativa para a inflação, de 0,1 ponto percentual, de 6,3% em agosto para 6,2% em setembro. Para os consumidores com renda familiar mensal entre R\$ 4.800,00 e R\$ 9.600,00, a expectativa de inflação cresceu 0,1 ponto percentual, para 5,5%, o maior nível desde outubro de 2017 (5,9%).

O Indicador de Expectativa de Inflação dos Consumidores é obtido com base em informações da Sondagem do Consumidor, que ouve mensalmente mais de 2,1 mil brasileiros em sete das principais capitais do País. Aproximadamente 75% dos entrevistados respondem aos quesitos relacionados às expectativas de inflação.

Prévia da inflação oficial fica em 0,09% em setembro, aponta IBGE

21/09/2018 – Fonte: G1

Foi menor taxa para um mês de setembro desde 2006, quando o índice foi de 0,05%. No acumulado em 12 meses, taxa ficou em 4,28%, permanecendo abaixo da meta do BC.

O índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), que é uma prévia da inflação oficial do país, ficou em 0,09% em setembro, com forte recuo dos preços de alimentos compensando alta da energia elétrica, informou nesta sexta-feira (21) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o instituto, esta foi a menor taxa para um mês de setembro desde 2006, quando o índice foi de 0,05%. Além disso, foi a menor variação mensal de 2018.

A variação acumulada no ano ficou em 3,23%. Já a taxa acumulada nos últimos 12 meses ficou em 4,28%, ligeiramente abaixo dos 4,30% registrados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em setembro de 2017, a taxa foi de 0,11%.

Em agosto, foi registrada deflação de 0,09%, segundo mostrou o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Com isso, o país registrou inflação negativa pela primeira vez desde junho de 2017.

Preços dos alimentos caem

O IBGE destacou que dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, apenas Alimentação e Bebidas (-0,41%) registrou queda na taxa na passagem de agosto para setembro. Ainda, a alimentação fora do domicílio registrou alta de 0,12%, abaixo da taxa registrada em agosto, que havia sido de 0,84%.

Veja as variações dos grupos pesquisados:

- Alimentação e Bebidas: -0,41%

- Despesas Pessoais: 0,46%
- Artigos de Residência: 0,32%
- Habitação: 0,30%
- Saúde e Cuidados Pessoais: 0,26%
- Transportes: 0,21%
- Educação: 0,10%
- Comunicação: 0,02%
- Vestuário: 0,0%

Alta da energia elétrica

Dentre os demais grupos pesquisados, a alta de maior destaque foi no grupo Habitação, que subiu 0,30%. Ela foi pressionada, segundo o IBGE, pelo aumento de 0,34% na energia elétrica - em setembro entrou em vigor a bandeira tarifária vermelha patamar 2, incidindo a cobrança adicional de R\$ 0,05 a cada kWh consumido.

Esta foi a sétima alta consecutiva no custo da energia elétrica. Segundo o IBGE, tanto no ano (13,28%) quanto nos últimos 12 meses (19,01%), a energia elétrica foi o segundo maior impacto no IPCA-15 (0,49 p.p. e 0,67 p.p., respectivamente), ficando atrás apenas da gasolina (0,49 p.p. e 0,73 p.p., respectivamente).

A leitura do IPCA-15 de setembro ficou abaixo da média das estimativas obtidas pelo Valor Data com 32 consultorias e instituições financeiras, de 0,17% de aumento. Também ficou no piso das projeções, que iam de 0,09% a 0,27% de alta. Para o acumulado em 12 meses, a previsão era de inflação em 4,36%.

Para a economista do Santander, Tatiana Pinheiro, o resultado "reforça a sinalização do Copom que não há efeito significativo de pressões inflacionárias sobre os preços". Entre as surpresas positivas ela cita "vestuário com 0% de inflação e combustíveis ainda em deflação".

Meta de inflação

Em meio à recuperação lenta da economia e demanda fraca, a previsão dos **analistas do mercado financeiro aponta para uma inflação de 4,09% em 2018**, conforme a última pesquisa Focus do Banco Central (BC).

O percentual esperado continua abaixo da meta de inflação que o Banco Central precisa perseguir neste ano, que é de 4,5%. Como há a "margem de tolerância", a meta será considerada formalmente cumprida caso fique entre 3% e 6%. Para o ano que vem, a meta de inflação é de 4,25%, podendo variar entre 2,75% e 5,75%.

Na quarta-feira, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC manteve a taxa básica de juros da economia brasileira **estável em 6,50% ao ano pela 4ª vez seguida**.

Diferentemente dos comunicados anteriores, entretanto, o Banco Central indicou a **possibilidade de elevação dos juros caso haja a possibilidade de aumento da inflação** "no horizonte relevante para a política monetária".

Metodologia

Para o cálculo do IPCA-15, os preços foram coletados no período de 14 de agosto a 13 de setembro e comparados com aqueles vigentes entre 13 de julho e 13 de agosto. O indicador refere-se às famílias com rendimento de 1 a 40 salários mínimos e abrange as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além de Brasília e Goiânia. A metodologia utilizada é a mesma do IPCA, a diferença está no período de coleta dos preços e na abrangência geográfica do levantamento.

IPCA-15 fica em 0,09% em setembro, ante 0,13% em agosto, revela IBGE

21/09/2018 – Fonte: DGABC



Com resultado anunciado nesta manhã, índice acumulou um aumento de 3,23% no ano

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15) registrou alta de 0,09% em setembro, após ter avançado 0,13% em agosto, informou na manhã desta sexta-feira, 21, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado ficou abaixo da mediana de 0,17% das estimativas dos analistas do mercado financeiro consultados pelo Projeções Broadcast, que esperavam uma alta entre 0,02% e 0,29%.

Com o resultado anunciado nesta manhã, o IPCA-15 acumulou um aumento de 3,23% no ano. Nos 12 meses encerrados em setembro, o indicador ficou em 4,28%. As projeções iam de avanço de 4,20% a 4,51%.

Índice de difusão

O indicador de difusão do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA - 15) de setembro atingiu 52,46%, informou a Guide Investimentos ao Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, logo após a divulgação do índice pelo IBGE.

O índice de difusão, que mostra o quanto a alta de preços está espalhada, havia ficado em 54,64% no mês de agosto.

Intenção de consumo das famílias sobe 1,5% em setembro, diz CNC

21/09/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 20-09-2018)

O Índice de Intenção de Consumo das Famílias (ICF) registrou 86,9 pontos em setembro de 2018, alta de 1,5% ante agosto. Na comparação com setembro de 2017, o aumento foi de 13,2%, informou nesta quinta-feira, 20, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Apesar do aumento da confiança para consumir, o ICF completou 41 meses abaixo dos 100 pontos, nível de corte para o indicador ser considerado favorável ou desfavorável. Segundo a CNC, todos os subíndices que compõem a ICF aumentaram na variação ante agosto.

Três que subiram acima da média: Renda Atual (+2,5%), Nível de Consumo Atual (+2,4%) e Momento para Duráveis (+2,2%). Na comparação com setembro de 2017, os componentes que mais subiram foram Nível de Consumo Atual (+24,9%) e Perspectiva de Consumo (+22,6%).

“A alta da intenção de consumo pode ser atribuída a alguns fatores que influenciam as decisões de consumo das pessoas, como preços e renda”, diz o economista da CNC Antonio Everton, em nota. “Outro fator que explica o incremento da intenção de consumir é a liberação dos recursos do PIS/Pasep para os cotistas destes fundos”, continua o texto.

O mercado de trabalho segue como principal problema para a confiança do consumidor. Os subíndices Emprego Atual (+0,8%) e Perspectiva Profissional (+0,7%) foram os que menos cresceram no ICF de setembro.

“O desemprego alto assusta as pessoas e cria cautela no consumo, principalmente quando o endividamento das famílias já se encontra elevado”, diz a nota da CNC.

Fitch: eleição imprevisível no Brasil gera incerteza em setor fiscal e reformas

21/09/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 20-09-2018)

As eleições presidencial e congressional no Brasil serão cruciais para determinar o ritmo, escala e natureza dos futuros aspectos fiscais e reformas estruturais no País, apontou nesta quinta-feira, 20, a agência de classificação de risco Fitch.

“Sem reformas sustentadas, os déficits fiscais continuarão altos e desacelerará a dinâmica da dívida pública, pesando ainda mais na confiança mais ampla da atividade”, ressaltou a agência.

Segundo relatório da Fitch, os resultados da eleição definirão o cenário de médio prazo para a política econômica e fiscal, com vários candidatos presidenciais em todo o espectro político defendendo variadas plataformas.

Um Congresso fragmentado e potenciais dificuldades na formação de uma coalizão legislativa viável são apontados como uma das incertezas que o País poderá viver. “Alguns dos principais candidatos pertencem a partidos menores, o que pode aumentar os desafios no trabalho com o novo Congresso”, destacou a Fitch.

"Rota 2030 deverá passar no Congresso em outubro e muito maior do que entrou

21/09/2018 – Fonte: Gazeta do Povo (publicado em 20-09-2018)

Ainda que considerado “fraco” por parte do setor, o programa é resultado de dois anos de negociações entre empresas e governo federal

Está prometida para logo depois do 1.º turno das eleições a votação da MP 843/2018, que trata do novo programa de estímulo ao setor automotivo Rota 2030, lançado em julho, em comissão mista do Congresso. Pressionado pelo prazo máximo para a apreciação do projeto, que vai até 14 de novembro, o relator do texto, o deputado paranaense Alfredo Kaefer (PP), nem considera a hipótese de o projeto ficar para a próxima legislatura.

Pelo contrário, tem aproveitado o status de relator para, na contramão do que prega a equipe econômica do governo federal, ampliar ainda mais o escopo do programa. O texto tem 81 emendas que sugerem até uma nova isenção de IPI para carros convencionais. Com objetivos um pouco diferentes do seu antecessor, o Inovar-Auto, e considerado “fraco” por parte do setor, o Rota 2030 é resultado de dois anos de negociações entre empresas e governo federal.

Entre uma série de medidas, a principal novidade do Rota 2030 é a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para veículos elétricos e híbridos, do teto de 25% para até 7%, sob a justificativa de que o país não pode ficar para trás na corrida do futuro da mobilidade. Outra novidade é que as montadoras poderão abater até 10,2% do valor que investirem em pesquisa e desenvolvimento do pagamento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – a fatia de abatimento desejada pelo setor era de 20%.

Além disso, as empresas poderão acumular esses créditos de ano para a ano, enquanto o programa durar, contrariando a vontade da equipe da Fazenda que insistia que o crédito pudesse ser levado somente para o ano subsequente. Esse acúmulo de créditos é necessário porque tem empresa no setor que está no vermelho, ou seja, não tem lucro e, portanto, não conseguiria abater esses créditos de impostos.

Por isso também, e atendendo à necessidade das montadoras de planejar seus investimentos com mais segurança, o programa foi pensado para três ciclos, num total de 15 anos. A cada ciclo, a proposta do governo federal é de que as metas possam ser mudadas.

Por ano, o Rota 2030 custará, declaradamente, R\$ 1,5 bilhão em renúncias fiscais. Um levantamento da Receita Federal divulgado no último domingo (16), porém, já mostrou que o governo deve abrir mão de R\$ 7,2 bilhões em impostos e concessão de incentivos tributários ao setor no ano que vem.

O salto de R\$ 5 bilhões em relação à conta inicial se dá pelo fato de que é esperado um crescimento na produção de veículos em 2019 e também porque a Receita diz ter feito uma conta inédita, que usou dados do programa Escrituração Contábil, no qual as empresas registram dados como balanço patrimonial, produção e vendas. Ou seja, os incentivos ao setor iriam bem além do nominalmente divulgado e a própria conta de R\$ 4 bilhões estimada para o Inovar-Auto, programa que foi de 2012 a 2017, pode ser bem maior.

81 emendas incluem nova isenção de IPI e Refis para empresas de autopeças
Kaefer critica a "mania da imprensa" de ver incentivos como "custos". "Estamos fazendo uma redução tributária aparente, nominal, mas que lá no final trará muito mais resultados [reais]", defende o deputado.

Entre as 81 emendas ao texto há sugestões que buscam repetir algumas das benesses já concedidas no Inovar-Auto e outros pleitos, de diferentes partes da cadeia e também de outros setores, que podem engordar o programa. São emendas que pedem até a isenção de IPI para carros que não os exclusivamente elétricos e um Refis para as empresas de autopeças.

Há também emendas no sentido de ampliar o percentual de abatimento de 10,2% do investimento em P&D no IRPJ e na CSLL para até 100% de qualquer valor investido pelas empresas no país.

Outra discussão em andamento no âmbito da aprovação da MP do Rota 2030 em Comissão Mista é a da renovação de um incentivo fiscal criado ainda em 1997 para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. As montadoras dessas regiões têm crédito presumido de IPI para projetos de investimentos apresentados até 2010. Segundo o novo cálculo da Receita Federal, só a renovação desse benefício custaria R\$ 4,6 bilhões ao país.

Setor defende que incentivos são necessários para avançar tecnologicamente
Repetidas vezes, representantes do setor têm defendido que precisam de pacotes como o Rota 2030 para ter segurança financeira e jurídica para investir no país.

Ao jornal O Estado de S. Paulo, o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Antônio Megale, disse ainda nesta semana que os incentivos para o setor são apenas uma "gota d'água" no oceano de tributos que incidem sobre a indústria. "Temos problemas de competitividade no País, com uma carga tributária muito alta: chega a 36%, em média, no preço do carro, enquanto nos Estados Unidos é 6%. Esses benefícios são uma gota no oceano", afirmou ele à publicação.

Para além da questão dos custos, no entanto, especialistas afirmam que, de fato, as medidas anunciadas pelo Rota 2030 abrem as portas do país para o carro elétrico.

Mesmo que a curto e médio prazo não haja perspectiva de que ter um carro elétrico na garagem de casa será algo mais factível para os brasileiros, o benefício do IPI somado a uma regulamentação recente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) sobre o serviço de recarga de veículos elétricos devem, sim, impulsionar o setor nesse sentido no país."

ANP libera mais R\$ 722 milhões em ressarcimento por subsídios ao diesel

21/09/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 20-09-2018)

Com a aprovação, Petrobras e Flamma já receberam os valores referentes à 2ª fase do programa

A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) aprovou nesta quinta (20) novos ressarcimentos pelo subsídio ao preço do óleo diesel dentro do programa de subvenção do governo federal, no valor de R\$ 722 milhões.

Na terça (18), a agência havia liberado R\$ 877 milhões. Em agosto, foram R\$ 328 mil. O governo separou R\$ 9,5 bilhões para garantir desconto de R\$ 0,30 por litro no preço do diesel até o fim do ano. Nesta quinta, foi autorizado o pagamento de R\$ 706 milhões à Petrobras e R\$ 16 milhões à importadora Flamma. Com a aprovação, as duas empresas já receberam os valores referentes à segunda fase do programa, entre os meses de junho e julho.

Sozinha, a estatal já teve pagamentos autorizados no valor de R\$ 1,6 bilhão. O programa garante ressarcimento a produtores e importadores de diesel que venderem o combustível a preço tabelado pela ANP.

Empresas do setor reclamam de atrasos na liberação dos recursos, por gerarem impactos negativos no fluxo de caixa. Os pagamentos referentes ao mês de junho deveriam ser feitos até o dia 26 de julho. A ANP alega, porém, que a análise dos documentos levou mais tempo do que o esperado.

Com relação à primeira fase, que durou entre o fim de maio e o início de junho, já foram autorizados pagamentos à Dax Oil, à Refinaria de Petróleo Riograndense, à Petro Energia e à Sul Plata Trading, em um valor total de R\$ 328 mil.

O programa está em sua terceira fase, na qual o preço tabelado é revisto uma vez por mês. No fim de agosto, foi reajustado em 13%, na média nacional, pela ANP.

O repasse já chegou às bombas: de acordo com levantamento semanal feito pela agência, o preço médio do diesel nos postos atingiu na semana passada R\$ 3,638 por litro, apenas R\$ 0,015 abaixo dos R\$ 3,658 vigentes na semana anterior à paralisação, corrigido pela inflação.

Proposta da ANP para abrir setor de combustíveis é inviável, dizem donos de postos

21/09/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado me 20-09-2018)

Para os proprietários de postos, a proposta de rever as regras do mercado de combustíveis, tema de consulta pública da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), é inviável e poderia aumentar distorções competitivas no setor. "Não é factível tentar implantar regras ultramodernas em um mercado ainda ultrapassado", diz o presidente da Fecombustíveis, Paulo Miranda, alegando que falta

estrutura no refino e agilidade na Justiça e nos órgãos de defesa da concorrência para permitir a competição direta entre distribuidoras e postos.

O tema será discutido por meio de tomada pública de contribuições anunciada pela ANP na quarta (19). O processo vai estudar se é possível permitir que postos comprem combustíveis direto na refinaria e que distribuidoras tenham seus próprios postos.

Atualmente, as distribuidoras operam no segmento intermediário da cadeia, comprando os combustíveis nas refinarias e revendendo aos postos. O mercado de distribuição é controlado por três empresas -BR Distribuidora, Ipiranga e Cosan (que opera com a marca Shell)- que concentram cerca de dois terços das vendas.

A proposta de abertura do mercado surgiu de trabalho conjunto entre a ANP e o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) iniciado após a paralisação dos caminhoneiros. Segundo a ANP, a ideia é reduzir barreiras regulatórias para aumentar a competição.

O presidente da Fecombustíveis diz, porém, que hoje os postos não poderiam comprar combustíveis diretamente nas refinarias, já que os pontos de abastecimento de caminhões-para ficam dentro das bases das distribuidoras.

Além disso, a refinaria vende gasolina pura, sem a mistura de etanol anidro, que é feita pelas distribuidoras.

Os postos vendem um combustível chamado gasolina C, que é composto por 73% de gasolina pura e 27% de etanol anidro. "Difícilmente a Petrobras vai topa fazer todos os investimentos necessários [para garantir a venda do produto final aos postos]", afirmou Miranda.

Ele argumenta ainda os empresários donos de postos não têm condições de concorrer com as grandes distribuidoras, principalmente diante das dificuldades para o questionamento de práticas anticoncorrenciais tanto no âmbito judicial quanto nos órgãos de defesa da concorrência.

Miranda diz que a ANP precisaria primeiro abrir o mercado de refino, permitindo a concorrência no segmento de produção de combustíveis, antes de desregular os outros elos da cadeia. A Petrobras concentra 99% da capacidade nacional de refino brasileiro.

Em nota para anunciar a tomada pública de contribuições, a ANP diz acreditar que as medidas "aumentem a competição pela retirada de barreiras regulatórias e pelo fim de nichos de mercado artificiais".

A Plural, que representa as distribuidoras de combustíveis, ainda não se pronunciou sobre o tema.

Preço do GNV sobe mais que o da gasolina

21/09/2018 – Fonte: R7

Consumido regulamente por taxistas e motoristas de aplicativos, o combustível já ficou 19,6% mais caro desde setembro de 2017

A escalada dos preços do óleo diesel fez com que os caminhoneiros paralisassem as estradas, em maio, enquanto a da gasolina provoca a indignação da população diariamente. Na ponta do lápis, no entanto, o combustível automotivo que mais encareceu no último ano foi o GNV (gás natural veicular), consumido regulamente por taxistas e motoristas de aplicativos.



Levantamento da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) sobre os preços praticados nos postos de todo País demonstra que o metro cúbico (m³) do GNV ficou 19,6% mais caro desde setembro do ano passado. No mesmo período, a gasolina subiu 17,9%, o diesel, 12,1% e o etanol, 4,4%.

Com exceção do álcool hidratado, as altas dos combustíveis têm a mesma explicação: a política de reajustes implementada pela Petrobrás, fornecedora do insumo, que passou a acompanhar as variações do dólar e das commodities no mercado internacional.

A diferença é que os reajustes do GNV acontecem trimestralmente, como definido em contrato com as distribuidoras estaduais de gás natural, fornecedoras do combustível aos postos.

A Petrobrás, em resposta, afirma que "não possui qualquer ingerência sobre os reajustes a serem praticados, devendo estes seguir os indexadores acordados, seja para aumento ou para redução de preços". A empresa diz também que impõe aos seus clientes os mesmo indexadores impostos a ela pela Bolívia, fornecedora de parte do gás que comercializa no Brasil. A estatal também produz internamente e ainda importa o produto de outros países, por navio.

Base de cálculo

Representante das distribuidoras de gás natural, a Abegás argumenta que o preço do GNV subiu mais do que os outros no último ano por causa da base de cálculo dos reajustes, elevada no início do ano, durante a renegociação dos contratos. Além disso, a energia elétrica utilizada na compressão do combustível nos postos pesou nos custos.

Gerente de Estratégia e Competitividade da Abegás, Marcelo Mendonça reclama da presença massiva da estatal no mercado e da falta de competição entre fornecedores.

Segundo ele, a importação é inviabilizada pela ausência de regulamentação que permita o acesso à infraestrutura de escoamento do gás - como os terminais de regaseificação do produto, que chega líquido ao litoral, e também os gasodutos de transporte.

Na tentativa de conseguir novos fornecedores, que não sejam a Petrobrás, as distribuidoras de gás promovem uma chamada pública para contratar grande volume do combustível.

"Essa é a forma que as distribuidoras têm de adquirir um gás mais competitivo", disse Mendonça. A expectativa é que a carga seja contratada em julho do ano que vem. Mas isso só vai acontecer se a ANP aprovar a regulamentação de acesso à infraestrutura logística de gás, hoje dominada pela estatal.

Nos postos, o GNV concorre atualmente com o etanol, o mais barato entre os combustíveis. Pela pesquisa da ANP, o metro cúbico do gás está a R\$ 2,843, o litro do álcool hidratado custa R\$ 2,749, enquanto a gasolina desponta como a opção mais cara, a R\$ 4,576/ litro.

Para rico

"Gasolina é coisa para rico, não é para taxista", diz o presidente do Sindicato dos Taxistas Autônomos do Município de São Paulo (Sinditaxi), Natalício Bezerra Silva, que reclama da dificuldade de repassar a alta do GNV aos seus clientes. A revisão da tarifa é a principal pauta de reivindicação da entidade.

Já o Simtetaxi, representante dos motoristas de táxis do Estado de São Paulo, afirma que o consumo do gás natural continua sendo uma opção, mas apenas para quem já investiu na instalação do kit gás. A entidade argumenta que os taxistas estão "descapitalizados" para equipar novos carros.

Exxon e Chevron aderem a iniciativa para reduzir emissões após resistência inicial

21/09/2018 – Fonte: DCI

A Exxon Mobil, a Chevron e a Occidental Petroleum estão se juntando a um grupo de grandes empresas internacionais de petróleo e gás em uma iniciativa que visa reduzir as emissões de carbono no setor, disseram as empresas em um comunicado nesta quinta-feira.

O movimento marca uma mudança de rota para a Exxon Mobil e a Chevron. Os dois maiores produtores de petróleo e gás dos EUA resistiram à adesão à iniciativa que busca liderar a resposta do setor de óleo e gás às mudanças climáticas (chamada de OGCI, na sigla em inglês) após seu lançamento em 2014.

A Exxon e a Chevron divergiram de seus rivais em vários tópicos relacionados ao clima e, no passado, recusaram-se a participar de um pedido das empresas europeias por um preço global para o carbono. Com seus três novos membros, o grupo responderá por cerca de 30 por cento da produção global de petróleo e gás e por 20 por cento do consumo de energia primária, disse em um tuíte Patrick Pouyanne, CEO da Total.

"Adicionar três empresas dos EUA (ao grupo) nos dá mais impacto para liderar a resposta do setor à mudança climática", escreveu ele. Atualmente, o OGCI é composto por 10 empresas, incluindo a brasileira Petrobras, além de BP, Shell, a francesa Total e companhias petrolíferas nacionais da China, México e Arábia Saudita.

"Estamos satisfeitos por nos juntarmos à OGCI para trabalhar de forma construtiva na abordagem dos riscos da mudança climática", disse Michael Wirth, presidente-executivo da Chevron, em comunicado.

A OGCI criou um fundo de 1 bilhão de dólares para desenvolver tecnologias para redução de emissões de gases do efeito estufa no setor conforme o mundo busca uma transição para uma economia de baixo carbono. Exxon e Chevron irão contribuir com 100 milhões de dólares cada para o fundo, segundo o comunicado.

Aston Martin se prepara para abrir capital e espera superar a Ferrari

21/09/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 20-09-2018)

A Aston Martin espera conseguir uma avaliação superior à de sua única rival de capital aberto, a [Ferrari](#). E quanto aos analistas? Eles não têm muita certeza disso.

A fabricante dos carros esportivos de luxo famosos pelos filmes de James Bond apresentou nesta quinta-feira (20) os detalhes de um IPO a ser realizado em Londres que avaliaria a empresa britânica em até 5,07 bilhões de libras (R\$ 27,5 bilhões). Desta forma, ultrapassaria os múltiplos da Ferrari, que lucra mais e produz grande quantidade de receitas.

A avaliação é “um grande voto de confiança”, disse o CEO Andy Palmer, em entrevista, observando que a empresa valia menos de um décimo da cifra atual no início de sua recuperação. “O mais importante é que percorremos apenas metade do caminho. Renovamos o portfólio existente e temos muito pela frente.”



Modelo DBS Superleggera, da inglesa Aston Martin - Associated Press

O primeiro SUV da marca sairá em 2020, dando à empresa acesso ao mercado chinês e uma vantagem sobre a Ferrari, que nesta semana adiou o SUV Purosangue para 2022, disse Palmer. Muitas fabricantes de carros de luxo estão apostando em SUVs para capturar margens de lucro elevadas que financiarão iniciativas como a eletrificação.

Com base nos lucros do primeiro semestre, a Aston Martin pode ser avaliada em mais de 24 vezes o Ebitda ajustado, um cálculo que não leva em consideração a dívida da Aston Martin e os investimentos em pesquisa e desenvolvimento —o que elevaria o múltiplo. A Ferrari é negociada em cerca de 20,5 vezes o Ebitda ajustado esperado para 2018, segundo dados da Bloomberg —número mais próximo do apresentado pelas empresas de produtos de luxo do que pelas fabricantes de carros.

Os analistas, porém, duvidam que a Aston Martin consiga uma avaliação similar à da Ferrari.

“Adoramos a marca. Respeitamos a equipe de gestão. Mas simplesmente não conseguimos enxergar um múltiplo similar ao da Ferrari como algo realista”, disse Max Warburton, analista da Sanford C. Bernstein, em nota técnica. “Eles estão vendendo um negócio que é deficitário, segundo os princípios contábeis americanos geralmente aceitos, com um histórico de rentabilidade ruim e um balanço frágil, que vende carros a preços muito mais baixos para um público muito menos fiel.”

A fabricante de carros britânica informou em comunicado que venderá uma participação de 25% a um preço de 17,50 libras a 22,50 libras (R\$ 94,95 a R\$ 122,08) por ação. A negociação começará na Bolsa de Valores de Londres após a precificação, em 3 de outubro, com negociação incondicional a partir de 8 de outubro.

Muito disso dependerá da capacidade da Aston Martin de atingir suas ambiciosas metas de médio prazo, segundo Arndt Ellinghorst, analista da Evercore ISI. Ele estima que, no ponto médio da faixa, o valor corporativo buscado pela Aston Martin é de cerca de 11 vezes o Ebitda 2020. Os recém-lançados DB11 e Vantage foram bem recebidos e podem ajudar a impulsionar um crescimento significativo das vendas.

Editorial: "O Copom e a repetição necessária"

21/09/2018 – Fonte: Gazeta do Povo (publicado em 20-09-2018)

Em sua última reunião antes das eleições (a próxima ocorre em 30 e 31 de outubro, quando o futuro presidente do Brasil já terá sido escolhido), o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu pela manutenção da Selic, a taxa básica de juros, no patamar de 6,5% ao ano. Foi a quarta vez seguida em que o Copom manteve a Selic inalterada, depois de uma sucessão de 12 reduções seguidas, algumas delas de até um ponto porcentual.

Após cada reunião, a instituição tradicionalmente publica um comunicado explicando brevemente as razões para a decisão tomada, bem como os votos de cada integrante do comitê – no caso da reunião encerrada na quarta-feira, houve unanimidade pelos 6,5%.

O comunicado divulgado na noite do dia 19 é muito semelhante ao da reunião concluída em 1.º de agosto; a maior parte do texto mais recente consiste na repetição, palavra por palavra, de parágrafos inteiros do comunicado anterior, com algumas poucas diferenças.

Sumiram, por exemplo, as referências ao impacto da greve dos caminhoneiros, que o Copom já via como temporárias. E aparece a avaliação de que os riscos do “cenário externo para economias emergentes (...) se elevaram”.

No comunicado anterior, o Copom já considerava esses riscos “elevados”, ou seja, a situação se agravou ainda mais. A avaliação faz sentido: no intervalo entre as duas reuniões, houve a crise turca e a intensificação da guerra comercial entre Estados Unidos e China, dois eventos com efeitos importantes sobre as economias emergentes, especialmente no câmbio.

A inconsequência de candidatos e eleitores que ignoram o perigo pode custar muito caro ao Brasil

Já entre os trechos copiados integralmente do comunicado anterior está o aviso sobre a necessidade de continuação da agenda reformista: “a continuidade do processo de reformas e ajustes necessários na economia brasileira é essencial para a manutenção da inflação baixa no médio e longo prazos, para a queda da taxa de juros estrutural e para a recuperação sustentável da economia”. Essa mesma frase, aliás, já constava de um comunicado anterior, emitido após a reunião de junho deste ano.

Tanta repetição não é sem motivo. Sem a continuação das reformas, o Brasil não conseguirá resolver seu dilema fiscal, não conseguirá se tornar competitivo, não conseguirá gerar emprego e renda nos níveis necessários para um crescimento sustentável, sem novos voos de galinha como os que caracterizaram o passado recente do país.

Os sucessivos déficits da Previdência mostram que, em poucos anos, se não houver mudanças substanciais no sistema, o pagamento de aposentadorias inviabilizará investimentos em outras áreas – com ou sem teto de gastos.

A reforma da Previdência é a mais urgente e necessária, mas não é a única: o país ainda precisa de uma reforma tributária que racionalize a cobrança de impostos e deixe de onerar pesadamente a produção e o consumo, e de leis que retirem as inúmeras amarras que fazem do empreendedorismo no Brasil um ato de heroísmo, tantas as dificuldades impostas pelo Estado a quem deseja abrir uma empresa.

Em outro texto que repete o comunicado anterior, o Copom afirma que “o comitê ressalta ainda que a percepção de continuidade da agenda de reformas afeta as expectativas e projeções macroeconômicas correntes”.

É essa percepção de que as reformas podem ser interrompidas, ou até mesmo revertidas, que está paralisando a economia brasileira. A possibilidade de que um populista seja eleito não é desprezível, e por isso os investidores internos e externos adotam uma postura no mínimo cautelosa, isso quando não riscam o Brasil de sua lista de destinos possíveis para investimentos. O fato é que, hoje, nada garante que as reformas serão feitas.

E a continuação desse flerte com o populismo justifica que o Copom repita à exaustão os seus alertas. Não se trata apenas de dizer mais do mesmo, e sim de expor o que,

hoje, é uma ameaça visível ao futuro econômico do país. A inconsequência de candidatos e eleitores que ignoram esse perigo pode custar muito caro ao Brasil, na forma de males como paralisia governamental, calotes na dívida pública ou retorno da inflação."

Veículos mais 'limpos' evoluem, mas ainda estão longe de chegar ao País

21/09/2018 – Fonte: DCI (publicado em 20-09-2018)

Carros elétricos e híbridos dependem de políticas governamentais e de custos mais baixos para poderem ser lançados no Brasil em larga escala; alguns modelos só devem vir para cá em 2023



A Scania acredita que a expansão do motor elétrico precisa passar antes por uma transição pelo gás

As novas tecnologias de propulsão têm favorecido o desenvolvimento de veículos mais sustentáveis, que consomem menos energia e possuem baixos níveis de emissões. Mas apesar dos avanços, ainda há um longo caminho para que essas inovações cheguem ao Brasil.

"Políticas governamentais ajudam a expandir a utilização de veículos mais 'limpos', mas desenvolver produtos que se pagam com a economia de combustível é fundamental", afirma o CEO da Volkswagen Caminhões e Ônibus, Roberto Cortes.

A marca lançou nesta semana, durante o maior salão de transportes do mundo, o IAA – que acontece na cidade de Hannover, na Alemanha – o Volksbus e-Flex, que pode rodar com propulsão 100% elétrica ou com outro combustível como etanol e gás natural.

"Quando o veículo está rodando, a bateria é carregada pelo motor a combustão", explica Cortes. Segundo ele, o motor que equipa o Volksbus e-Flex é o mesmo do Golf TSI, o que reduz sensivelmente o custo de produção. "Com essa solução, o veículo não precisa ter muitas baterias, que é o item mais caro de um elétrico."

No entanto, devido ao estágio de desenvolvimento que o produto ainda atravessa, o e-Flex da Volks custaria, hoje, de duas a três vezes mais do que um ônibus convencional. "Porém, além de gastos menores com combustível, o proprietário reduzirá os custos com manutenção, já que um veículo elétrico tem cerca de dez vezes menos peças que um convencional."

Cortes ressalta, entretanto, que uma tecnologia como essa deve chegar ao mercado brasileiro em meados de 2023. "Na Europa talvez um pouco antes", salienta.

A Scania acredita que a expansão do motor elétrico precisa passar antes por uma transição pelo gás, seja natural (GN), liquefeito (GNL) ou biometano (feito à base de matéria orgânica). "Hoje, as baterias ainda são pesadas e caras, é preciso ter um tempo de transição", avalia o diretor comercial da montadora no Brasil, Silvio Munhoz. "Tanto o GNL quanto o GN têm origem nos combustíveis fósseis, mas a nossa proposta é usar principalmente o biometano, que é muito mais virtuoso e está disponível de graça na natureza, só precisa de uma empresa para transformá-lo", acrescenta.

O gerente de pré-vendas da marca no País, Celso Mendonça, ressalta que o ônibus movido a gás comprimido já é comum no Brasil, porém, ocupa três vezes mais espaço que o GNL.

Segundo ele, a disponibilidade do insumo no Brasil é grande, contudo, falta uma homologação por parte da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para sua utilização como combustível para veículos.

“Principalmente com a expansão do pré-sal, o GNL será uma boa alternativa para os veículos pesados.” A Scania já vendeu 2,5 mil veículos movidos a GNL na Europa e, conforme o executivo, a utilização desse tipo de gás é viável economicamente. “Vale a pena. O custo por quilômetro rodado é muito menor.”

Alternativas

A Scania também possui um modelo híbrido movido a eletricidade e outro tipo de combustível como o próprio gás natural. “Na frenagem, o veículo não desperdiça essa energia, a bateria é recarregada”, relata. Com biometano, o custo por quilômetro rodado é 28% mais barato que o diesel.

Ainda nesta semana, a Mercedes-Benz anunciou durante a feira de Hannover vans 100% elétricas, eVito e eSprinter. Utilizados para transporte de passageiros e de cargas, os produtos devem começar a ser vendidos na Europa neste e no próximo ano. “Temos que ofertar veículos conectados e que tenham confiabilidade”, afirma o executivo do grupo Daimler, Wilfried Porth.

Ele pondera, contudo, que os veículos elétricos não fazem sentido para qualquer frota. “Se a bateria é muito grande, o custo aumenta e os ganhos são reduzidos. Os elétricos são perfeitos para distâncias menores”, explica. No Brasil, entretanto, não há previsão de chegada destes veículos. “Falta infraestrutura para receber modelos 100% elétricos no País”, avalia o presidente da Mercedes no Brasil, Philipp Schiemer

Volkswagen trabalhará aos sábados

21/09/2018 – Fonte: DCI (publicado em 20-09-2018)



A Volkswagen Caminhões e Ônibus deve voltar a trabalhar quatro sábados por mês na planta de Resende (RJ) a partir de novembro, disse nesta quinta-feira (20) o CEO da montadora no País, Roberto Cortes. Segundo ele, a demanda está retornando.

“A economia volta a dar sinais de recuperação e a prova disso é que estamos trabalhando com turno cheio”, disse o executivo durante a maior feira de transportes do mundo, a IAA, que acontece em Hannover, na Alemanha. No entanto, Cortes afirmou que ainda é cedo para falar sobre a abertura de um novo turno. “Tudo dependerá de como a economia vai evoluir. Apesar da volta do crescimento, a decisão de abrir o segundo turno depende de previsibilidade”, destaca.

Durante apresentação das novidades da IAA, o executivo comentou sobre a defasagem de preços que o mercado de caminhões vem enfrentando. “Nos últimos cinco anos, a demanda caiu cerca de 75% e a ociosidade das montadoras chegou a atingir esse nível. Com a inflação acumulada de todo esse tempo, hoje os preços ainda estão defasados em aproximadamente 20% e, se aplicarmos reajuste, não vendemos caminhões.

As margens continuam bastante comprimidas." Apesar disso, o recém-criado grupo Traton – dono das marcas Volkswagen, MAN, Scania e RIO – vê o Brasil como prioridade. O CEO Andreas Renschler disse que a empresa voltou a operar no azul no Brasil. "Estamos no caminho certo. Conseguimos investir e voltamos a ter lucro", assinalou. "O Brasil é indiscutivelmente nosso mercado número um no mundo."

Tamanho do mercado

Cortes trabalha com uma projeção para o mercado de caminhões, neste ano, em torno de 65 mil unidades. No ano passado, as vendas foram de pouco mais de 50 mil unidades no País. "Nós enxergamos um crescimento anual mínimo de dois dígitos para nossa empresa nos próximos cinco anos", estima o executivo.

Ele acredita que o tamanho do mercado brasileiro é de aproximadamente 150 mil unidades anuais. No entanto, conforme Cortes, o recorde de vendas de quase 175 mil caminhões em 2011 não deve voltar a acontecer. "Naquele ano, houve antecipação de compra devido à troca da legislação de emissões. Mas o País tem muito potencial para trabalhar."

Volkswagen Caminhões e Ônibus vai lançar portal de logística no Brasil

21/09/2018 – Fonte: R7

A Volkswagen Caminhões e Ônibus vai lançar no Brasil um portal digital de logística para tentar ampliar receitas com o lucrativo mercado de serviços de transportes, disse o presidente-executivo da companhia, Roberto Cortes.

Desenvolvido em parceria com o RIO, que assim como a Volkswagen Caminhões é controlada pelo Grupo Traton, o produto inicialmente será para veículos da marca, que a partir de 2019 sairão de fábrica com conexão digital batizada de RIO Box.

A partir da inteligência de dados do uso dos veículos e armazenados em nuvem, o RIO será um meio para oferta de 20 serviços que hoje são comprados individualmente, disse Cortes à Reuters em entrevista por telefone.

O leque de serviços pode incluir desde encomendas para troca de peças e revisão, até monitoramento de segurança e apólices de seguro sob medida.

"Tudo isso poderá ser contratado de forma mais rápida e barata", disse Cortes, adiantando que conversas com potenciais parceiros já estão em andamento, incluindo com a Omnilink, empresa de produtos de segurança, como telemetria e monitoramento, e de gestão de frotas.

A iniciativa reproduz iniciativas semelhantes desenvolvidas em regiões como a Europa e é pensada para fazer com que serviços de logística passem a ter uma parcela crescente nas receitas.

"É uma mudança estratégica que nos tornará muito mais do que apenas uma fabricante de caminhões, para explorar o negócio rentável de serviços", disse Cortes, que no entanto evitou fazer projeções de receita para o novo braço de negócios.

Progressivamente, a VW Caminhões e Ônibus vai estender o RIO. Geograficamente, o produto será posteriormente lançado no México, na Argentina e no Chile.

O cardápio de serviços também deve crescer para englobar todo o mercado, em vez de apenas clientes da marca, à medida que os produtos podem incluir monitoramento de entregas em todos os modais logísticos, incluindo aviões e navios, além da contratação de fretes.

Na Europa, a VW Caminhões e Ônibus já tem um parceiro para plataforma de entregas e a empresa está procurando um para operar o mesmo serviço no Brasil, disse Cortes. A movimentação da montadora acontece num momento de recuperação do mercado automotivo brasileiro, na esteira da lenta retomada da economia do país.

Segundo a Anfavea, as vendas de caminhões no país de janeiro a agosto chegaram a 46,1 mil unidades, alta de 49,5 por cento na comparação com mesma etapa de 2017. Os licenciamentos de ônibus no período somaram quase 9 mil unidades, alta de 16,7 por cento.

Volkswagen reduz projeção de crescimento para 10%

21/09/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 20-09-2018)



Sem ajuda argentina, produção brasileira se escora no mercado local e outros menores

Em dois meses a **Volkswagen** encolheu de 12% para 10% a **projeção de crescimento** de sua produção no Brasil em 2018. O novo número foi divulgado pelo presidente e CEO da Volkswagen para o Brasil e América do Sul, Pablo Di Si.

O motivo é a queda no mercado argentino, importante mercado de exportação dos automóveis montados no Brasil. Di Si concedeu entrevista a **Automotive Business** durante a apresentação do Jetta 2019.

“Nossa produção cresceria 15% a 16% se a situação estivesse normal por lá”, afirma o executivo da Volkswagen. Em 2017 a VW do Brasil montou 413 mil veículos e agora estima 450 mil unidades para este ano. Chegaria a cerca de 480 mil veículos sem a nova recessão no País vizinho.

“Mais uma... É assim que nos referimos à crise por lá”, lamenta Pablo Di Si, que também é argentino e prevê mais seis meses de retração naquele mercado.

Como contraponto, ele comemora o bom momento da Volkswagen em outros mercados e também no Brasil: “Nossas vendas no Chile cresceram 60% este ano, três vezes mais que o mercado local. E na Colômbia, onde as vendas permaneceram estáveis, registramos alta de 12%”, diz.

No Brasil, enquanto o mercado de automóveis e comerciais leves registrou alta de 14,1%, a Volkswagen cresceu 33,5%, basicamente pela ajuda dos novos Polo e Virtus. Di Si recorda também a boa aceitação do Tiguan Allspace (710 carros somente em agosto) e das versões automáticas do Gol e do Voyage lançadas em julho.

“Em pouco tempo os automáticos responderão por 60% do mercado”, estima. Estudos da Jato Dynamics já indicam mais de 40% de participação.

T-CROSS E LIDERANÇA

Pablo Di Si informou que já ocorrem testes no Paraná com as peças maiores que vão compor o T-Cross e que a produção das primeiras unidades de pré-série do novo utilitário esportivo compacto começará “logo mais” (em poucos dias). A montagem

regular terá início só no primeiro trimestre de 2019. "Já pensamos no mix de produção e conversamos com 100 fornecedores do modelo", revela.

Ele continua admitindo que a Volkswagen quer voltar à liderança do mercado brasileiro, mas preferiu não vincular a chegada ao topo da lista com a estreia do T-Cross. "O importante é a tendência", diz, mostrando um acompanhamento das vendas de setembro (do dia 1º a 19/9) que mostra a General Motors com 18,3% dos emplacamentos do mês, seguida pela Volkswagen com 16,3% e a Fiat, com 12,7%.

Setor automotivo busca a agilidade das startups para inovar

21/09/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 20-09-2018)

Há um movimento global intenso de aproximação entre as gigantes corporações automotivas e as startups. Exemplo disso é a Toyota, que recentemente comprou participação na Grab, empresa asiática de transporte individual, e agora acaba de anunciar aporte de US\$ 500 milhões na Uber.

O objetivo das parcerias é testar modelos de negócios de serviços de mobilidade e desenvolver novas tecnologias, como a condução autônoma, aproveitando a agilidade dos empreendimentos mais jovens, que nascem justamente focados em criar oportunidades diferentes no mercado.

Levantamento feito pela Revista Forbes indica que 10 a 20 startups do setor automotivo surgem semanalmente em algum lugar do mundo com soluções de inteligência artificial, sensores, conectividade, novos serviços de mobilidade, direção autônoma, entre outros. É um potencial e tanto de gerar negócios com a indústria. O Brasil faz parte deste panorama e a indústria automotiva local começa a enxergar o valor deste movimento.

Um indício disso é o lançamento do programa Inova Sindipeças, em agosto, feito pela entidade que representa as fabricantes de autopeças. A iniciativa pretende acelerar a evolução da cadeia automotiva. Para isso, vai atuar em diversas frentes, incluindo o incentivo à inovação aberta, em parceria com startups.

"Queremos criar um ecossistema para a indústria, apoiando empresas tradicionais para que elas se aproximem das megatendências globais", esclarece Dan Ioschpe, presidente do Sindipeças.

GANHAR VELOCIDADE COM NOVOS PARCEIROS

Antonio Azevedo, CEO da LOGIGO Automotive, aponta que, para as montadoras, a maior vantagem de trabalhar com startups é a capacidade de executar projetos mais rápido e com custo menor.

"Trabalhamos em colaboração direta com o cliente. Já chegamos a validar os nossos produtos com o fornecedor internacional de uma empresa para que eles não precisassem fazer isso internamente de forma mais demorada", conta. Fundada em 2009, a startup oferece recursos de conectividade e de geração de receitas recorrentes para as montadoras por meio de centrais multimídia e infoentretenimento.

"Fazemos muito rápido: desenvolvemos e entregamos a solução em intervalo bem mais curto do que o setor automotivo tradicional está acostumado." Quando a LOGIGO Automotive foi fundada, o foco estava apenas no aftermarket, na oferta de kit multimídia para o cliente nas concessionárias. "Como o nosso produto era bastante inovador e agradava o consumidor, a Toyota nos procurou e passamos a fornecer direto para a montadora, a partir de 2014", conta. Hoje a startup entrega soluções para outras duas fabricantes, Nissan e Mitsubishi, e vê seu faturamento crescer ao ritmo de dois dígitos todos os anos.

"Estamos em cinco concorrências neste momento. É curioso porque o nosso salto veio da demanda das próprias montadoras, que não achavam no mercado algumas inovações necessárias para os seus negócios", conta Azevedo.

AVANÇO TECNOLÓGICO

A LOGIGO Automotive hoje pensa e age como uma startup, embora já tenha se consolidado e estruturado no mercado. Para garantir eficiência, conta com time de 40 pessoas. É ali que mora a inteligência: eles detectam as tendências e identificam em quais novas tecnologias a indústria automotiva deve apostar.

Desenvolvem o software e o produto e, enfim, encontram fornecedores globais para produzir o equipamento. "Nossa meta é sempre entregar algo que ainda não existe. A câmera de reconhecimento facial integrada à central multimídia, por exemplo, ninguém oferece.

O desafio é achar os parceiros certos que tenham a tecnologia que precisamos". Com o rápido crescimento no Brasil, a empresa está trabalhando na construção de uma fábrica para a montagem local dos componentes importados necessários para as suas centrais multimídia. Outro passo importante da companhia é a abertura de um escritório no Vale do Silício, que deve começar a operar ainda em 2019.

"Lá, além de ficarmos perto de muitos talentos, inseridos no maior polo de inovação do mundo, vamos estar próximos também dos clientes, buscar contratos internacionais. Lá fora o olhar já é muito mais aberto para as novidades que propomos", diz Antonio, destacando que a meta é conservar sempre o espírito de startup, jovem e flexível, mas ganhar a proporção de empresas tradicionais quando se trata de faturamento e número de clientes.

De olho em qualidade, chineses buscam assegurar oferta de minério de ferro da Vale

21/09/2018 – Fonte: DCI

Siderúrgicas chinesas e comerciantes estão correndo para assegurar contratos de longo prazo para minério de ferro de alta qualidade antes de cortes de produção no inverno, o que tem beneficiado a principal fornecedora do produto, a gigante brasileira da mineração Vale.

A China, maior consumidora global de minério de ferro, utilizado na produção de aço, precisa do produto de maior qualidade, menos poluente, para seguir uma luta contra a poluição em suas cidades.

Essa demanda evidencia como a prolongada guerra à poluição da China está mexendo com os mercados globais de minério de ferro.

A corrida por contratos de minério de ferro de alta qualidade está ganhando ritmo conforme a China busca estabelecer limites de produção em unidades ao norte do país pelo segundo inverno consecutivo.

A cidade de Tangshan, maior produtora de aço, está buscando cortar até 70 por cento da produção das usinas com base nas emissões de carbono de cada unidade.

O Hebei Jingye Group, uma usina de aço de médio porte em Hebei, está em busca de um contrato com a Vale para fornecimento de minério de ferro de alto teor em 2019, disse um representante da companhia.

Ela já fechou em 2018 um contrato para 1,5 milhão de toneladas por finos de minério de ferro da Vale conhecidos como Brazilian Blend, ou BRBF, com 63 por cento de ferro. "Nós já nos arrependemos de não ter comprado mais BRBF. Mesmo que nós não utilizemos tudo, ainda podemos vendê-lo no mercado spot e fazer muito dinheiro, uma vez que os preços subiram muito", disse Jia Zhanhui, que compra matérias-primas para o grupo Jingye.

A Vale, maior mineradora de minério de ferro do mundo, disse que está ficando sem oferta imediata de alguns de seus produtos de maior teor devido à forte demanda da China.

"As empresas chinesas estão buscando contratos de mais longo prazo conosco devido à qualidade", disse o diretor-executivo de ferrosos e carvão da Vale, Peter Poppinga, nos bastidores de uma conferência do setor na China.

"Nós já vendemos tudo de Carajás", disse Poppinga, referindo-se a um dos projetos de minério de ferro de alta qualidade da companhia, no Pará, com cerca de 65 por cento de ferro. "Nós vamos alocar Carajás de acordo com contratos de longo prazo e com algumas oportunidades no mercado spot", adicionou. A Vale superou a fabricante de bebidas Ambev e se tornou a empresa mais valiosa da bolsa de valores paulista B3, nesta semana.

QUATRO GIGANTES

A Vale, que faz parte do grupo das quatro maiores mineradoras globais, deve ser a que mais vai se beneficiar da crescente mudança da China rumo a matérias-primas menos poluentes, devido a seus produtos de maior teor.

A companhia disse na quinta-feira que está buscando expandir seu emblemático projeto de minério de ferro S11D, no Pará, para atender à demanda chinesa.

"Se você tem um contrato de longo prazo com a Vale em mãos agora, é fácil para você vender no mercado com 5,5 dólares extras por tonelada além dos preços acertados no contrato", disse um comerciante de minério de ferro do Zheshang Development Group, sob a condição de anonimato.

O preço do minério de ferro com teor de 65 por cento com origem no Brasil subiu 20 por cento desde março, para 96,80 dólares a tonelada na quinta-feira. Seu prêmio sobre os finos de minério de ferro com teor de 62 por cento atingiu um recorde de 29 dólares neste mês.

"Há uma preocupação de que a oferta de material de alta qualidade não seja suficiente para atender à demanda do mercado, então as pessoas estão fazendo pré-pedidos para assegurar os embarques", disse o operador do grupo Zheshang.

Enquanto isso, outras mineradoras como a Fortescue Metals Group dizem que o apetite por produtos de menor qualidade segue robusta.

A presidente-executiva da Fortescue, Elizabeth Gaines, disse que os clientes da companhia estão buscando contratos de mais longo prazo para seu minério de ferro, principalmente com teor de 58 por cento, à medida que usinas buscam reduzir custos ao misturar o material com minério de ferro de maior teor.

As ações da Vale sobem em meio à alta do minério de ferro e chegam a R\$ 58,00

21/09/2018 – Fonte: INDA

Vale destacar que uma "nova era do minério de ferro" pode ser traduzida em resultados surpreendentes para a Vale no futuro próximo, de acordo com analistas e

gestores com cobertura do setor ouvidos pela InfoMoney. Com este cenário pela frente, junto a um "momento raro" dos negócios, a mineradora tem tudo para ser uma boa pedida para compor carteiras de investimentos focadas no pagamento de dividendos. Confira a matéria completa clicando aqui.

As siderúrgicas também registraram alta. Ontem, o Valor Econômico noticiou que a CSN (CSNA3) e Usiminas (USIM5) aproveitaram o momento de desvalorização do real e da resistência dos preços internacionais, para anunciarem um possível novo reajuste já para o mês outubro. O aumento médio deve ser de 5% para todos os produtos, sendo este o quarto reajuste anunciado apenas em 2018.